



ACERVO PESSOAL

Natural de Manaus, Alessandra Campêlo é policial civil

Alessandra será primeira mulher vice-governadora no Amazonas

Alessandra Campelo (PSD) foi eleita vice-governadora do Amazonas na chapa de Omar Aziz (PSD), vencedor do segundo turno das Eleições 2026, no domingo (25). A chapa recebeu 1.273.975 votos, ou 61,42% dos votos válidos, contra 800.328 votos (38,58%) da candidata Professora Maria do Carmo (PL). Campelo será a primeira mulher a ocupar a vice-governadoria do estado.

A posse do governador está prevista para 6 de janeiro de 2027. Formada em Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), ela também é policial civil. Foi eleita deputada estadual em 2014 e exerceu três mandatos na Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam). No Executivo, comandou a Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer entre 2012 e 2014. Em 2021, assumiu a Secretaria de Estado da Assistência Social.

Lula vence eleições no Pará

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) venceu Flávio Bolsonaro (PL) no Pará no segundo turno das eleições presidenciais de 2026, realizado no domingo (25). Lula recebeu 2.690.449 votos, correspondentes a 55,02% dos votos válidos, enquanto Flávio obteve 2.199.940 votos (44,98%). A diferença entre os candidatos foi de 490.509 votos. No estado, foram registrados 36.501 votos brancos e 62.683 nulos. O resultado confirmou a preferência da maioria dos eleitores paraenses por Lula na disputa presidencial.



DIVULGAÇÃO

Petista recebeu mais de 2,6 milhões de votos no estado

Embrapa e parceiros realizam ações

A Embrapa Acre firmou parcerias com a Cooperativa dos Cafeicultores de Mâncio Lima (Coopercafé) e o Sebrae no Acre para fortalecer a cafeicultura no Vale do Juruá. As ações incluem pesquisas, monitoramento de pragas e capacitação de produtores. Uma unidade demonstrativa será utilizada para testar cultivares de Robustas Amazônicos e avaliar técnicas de cultivo. Também está previsto um curso sobre o controle da broca-do-café, praga que afeta a produção. A equipe acompanha ainda sistemas agroflorestais.

Terminal MCP01 terá obras e novos equipamentos

O Ministério de Portos e Aeroportos assinou o contrato de arrendamento do terminal MCP01, no Porto de Santana, no Amapá, com previsão de R\$ 150,2 milhões em investimentos ao longo de 25 anos. O projeto inclui correias transportadoras, novo carregador de navios e melhorias nos píeres. A área será usada para movimentar e armazenar grãos, como soja e milho, ampliando o escoamento pelo Arco Norte.

PL se destaca em RR

Flávio Bolsonaro (PL) recebeu 69,61% dos votos válidos em Rondônia no 2º turno das eleições presidenciais de 2026, realizado em 25 de outubro. O candidato somou 674.382 votos, enquanto Luiz Inácio Lula da Silva (PT) obteve 294.446, o equivalente a 30,39%. Segundo dados, Flávio ficou à frente nos 52 municípios do estado.

Vacinação

A vacinação contra a brucelose é obrigatória para bezerras de 3 a 8 meses em Roraima, conforme as regras do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). A Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima (Aderr) orienta os pecuaristas a imunizar os animais com acompanhamento de veterinário cadastrado e comprovar a aplicação.

Atendimentos

O Detran/TO registrou 130.385 atendimentos entre julho e setembro de 2026, nas áreas de habilitação, veículos, multas e exames. No período, o órgão também realizou campanhas educativas e operações. A segunda etapa do projeto de sinalização viária alcança 60 municípios do interior, com investimento de R\$ 21 milhões.

Morte

José Claudiomar Ferreira Bezerra, de 29 anos, foi morto no último sábado (24), no Ramal Nova Olinda, entre Rio Branco e Sena Madureira, no Acre. Segundo informações preliminares, ele teria discutido com o avô da namorada. A Polícia Civil investiga o caso. O corpo foi levado ao Instituto Médico Legal (IML), em Rio Branco.

Posse

O prefeito de Manaus, Renato Junior, acompanhou a posse de Ana Maria de Oliveira Diógenes, Paulo Fernando de Britto Feitoza e Marco Aurélio de Lima Choy no Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM). Ana Maria foi escolhida por merecimento, Feitoza por antiguidade e Choy ocupa vaga destinada à advocacia pelo quinto constitucional.

Legislação

A Polícia Federal registrou 3 ocorrências no segundo turno das Eleições 2026, em 25 de outubro. Os registros foram feitos em Porto Acre, Cruzeiro do Sul e Plácido de Castro. Em todas as situações, foram lavrados termos circunstanciados de ocorrência (TCOs). Os envolvidos poderão responder pelo artigo 312 do Código Eleitoral.



A Justiça definiu que a análise dos demais estudos pode continuar

Justiça apura quilombolas em aterro sanitário no Pará

Semas terá 15 dias para consultar o Incra sobre comunidades na área

Da **Redação**

A Justiça Federal determinou que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Pará (Semas) consulte o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para verificar se há comunidades quilombolas na área de influência do aterro sanitário previsto para Acará, no nordeste do Pará.

A decisão atendeu parcialmente a pedido urgente do Ministério Público Federal (MPF).

Expedida na sexta-feira (23), a decisão permite a continuidade dos demais estudos ambientais. Se a Semas quiser concluir a fase de licença prévia antes do fim da verificação, deverá avisar a Justiça com 15 dias de antecedência e justificar a medida. Ao decidir sobre a licença, o órgão terá de explicar como considerou os resultados. Em 4 meses, a Justiça reavaliará as medidas.

A Semas terá 15 dias para solicitar ao Incra informações sobre comunidades e territórios quilombolas na área e encaminhar os estudos disponíveis. Se a presença for confirmada, a concessionária Belém Limpa, antiga Ciclus Amazônia, deverá custear estudo específico sobre os im-

pactos do empreendimento. A Semas definirá o termo de referência com o Incra e decidirá se será necessária consulta livre, prévia e informada. Se exigida, a consulta será conduzida pelo poder público.

A Justiça apontou que o Incra não havia recebido pedido formal para analisar o componente quilombola do licenciamento, atribuição da autarquia. Também rejeitou o argumento de que um levantamento do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), feito em raio de 10 quilômetros, comprovasse a inexistência de comunidades tradicionais. O levantamento indicou apenas que não havia sobreposição com territórios quilombolas estaduais registrados.

O Iterpa informou que não realizou consulta prévia.

A Central de Tratamento de Resíduos (CTR) Metropolitana foi projetada para receber 1,7 mil toneladas de lixo por dia, de 9 cidades, durante 31 anos. O MPF afirmou que o estudo ambiental ignorou pelo menos 46 comunidades quilombolas e ribeirinhas de Acará e Bujaru, identificadas pela Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) e em vistorias do órgão. A ação também aponta riscos a nascentes e igarapés e falta de estudo climático.